

TRAJETÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS NA CARREIRA DAS LETRAS: ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos

Beatriz Alves de Sousa*
Joana Maria Pedro**

Resumo

O artigo apresenta a trajetória das mulheres na carreira das letras e tem como objetivo narrar a história literária das escritoras brasileiras e suas lutas pela inserção nas agremiações de letras do país; o caso particular da Academia Brasileira de Letras – ABL e da Academia Paraibana de Letras – APL, no referido período. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que focalizou as mulheres escritoras. Detectou-se que, no referido período, as mulheres produziram vários textos literários. No entanto, suas obras foram ignoradas da história da literatura brasileira e, por muito tempo, elas tiveram de usar pseudônimos masculinos para terem seus textos publicados. Constataram-se, ainda, as lutas dessas escritoras para serem aceitas como membros efetivos das agremiações das letras. Mesmo após conquistarem a elegibilidade, as Academias ainda continuam possuidoras de caráter marcantemente androcêntrica.

Palavras-chave: Escritoras brasileiras. Academia Brasileira de Letras – ABL. Academia Paraibana de Letras – APL.

Abstract

The article presents the trajectory of women concerning their career in letters and it aims to narrate the literary history of the Brazilian writers and their struggle for taking part in the country's letters association, particularly in the Brazilian Academy of Letters – ABL and in the Paraíba Academy of Letters – APL, in the mentioned period.

It is a bibliographical and documental research which focused on women writers. It was noticed that, in the cited period, the women produced many literary texts. However, their works were ignored in the Brazilian literature history and for a long time they had to use male pseudonyms for having their texts published. These writers' struggles to be accepted as effective members of the Letters associations were perceived. Even after their attainment of the eligibility, such academies still maintain a strongly androcentric character.

Keywords: Brazilian writers. Brazilian Academy of Letters – ABL. Paraíba Academy of Letters – APL.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Mestra em Biblioteconomia (UFPB). beatrizalvesjp@yahoo.com.br.

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, do qual é a Coordenadora. joanamaria.pedro@gmail.com. Texto recebido em 01/07/2012. Texto aprovado em 20/03/2012.

1 EXÓRDIO

As mulheres brasileiras contribuíram com seus escritos para a formação literária do país. Entretanto, é preciso considerar que grande parte da produção literária feminina se encontra ausente da história da literatura e, dessa maneira, desconhecida dos leitores. Com o objetivo de mostrar a trajetória de luta e resistência dessas mulheres para penetrarem nesse espaço que, por muito tempo, só os homens podiam adentrar, realizou-se essa pesquisa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, lançando um olhar interdisciplinar. Esse trabalho faz uma articulação entre Literatura, Educação, Sociologia, Política e História. Pois, juntamente com a produção literária dessas escritoras, percebemos a sua participação na Educação, visto que em sua maioria foram professoras. No que diz respeito à vida social e política, buscaram conquistar os seus direitos, vencer preconceitos e desigualdades, contribuindo significativamente para a formação da cidadania. E, para se compreender essa trajetória, fez-se necessário contextualizar os momentos históricos da época.

A história registra que as primeiras mulheres que enveredaram pelos caminhos das letras, além dos preconceitos políticos, sofreram uma grande discriminação sexual. Não era admissível, na época, que uma mulher tivesse ideias liberais. Todavia, na compreensão de Telles¹, nos séculos XIX e início do XX, as mulheres brasileiras escreveram muito desde os cadernos-goiabadas (diários escritos por moças nos quais expunham seus pensamentos, segredos e devaneios do estado da alma) até romances, contos, artigos de jornais, textos religiosos, receitas, sobre moda, entre outros temas e gêneros textuais.

Ao longo do tempo, muitas delas adquiriram autonomia para propor alternativas e escapar da autoridade que as aprisionavam, ou seja, dos “textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio”². Enquanto outras produziam em segredo por medo de repressão e sequer ousavam assumir publicamente seus textos.

Diante desses relatos e da valorização dada à literatura canônica, obras imortalizadas, que privilegiam escritores brancos e do sexo masculino, suscitaram-nos o seguinte questionamento: Quanto às escritoras brasileiras tiveram que lutar para ocupar seu

¹ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. 678p. p. 401-442.

² TELLES, N. Op. cit. p. 419.

espaço no mundo das letras, principalmente a introdução das mulheres na APL? Embora esse espaço, ainda, seja considerado incipiente.

Nessa perspectiva, mesmo tendo conhecimento das inúmeras pesquisas desenvolvidas sobre a atuação das mulheres nesse segmento, buscou-se escrever sobre a temática pretendendo chamar a atenção para a produção literária feminina e sua representação nas academias de letras. Urge que o longo caminho trilhado por essas mulheres, para verem-se inseridas nas referidas agremiações, a exemplo da Academia Brasileira de Letras – ABL e da Academia Paraibana de Letras – APL, sirva de estímulo e desafio para o ingresso das mulheres nesses espaços.

2 TRAJETÓRIA, LUTAS E PERSISTÊNCIAS

A historiografia tem mostrado a presença das mulheres brasileiras na carreira das letras. Porém, como todas as conquistas, essa também se deu de forma demorada e difícil. As mulheres viveram e, em parte, ainda vivem enclausuradas sob discriminação, opressão e carência de vários direitos; inclusive o direito à educação, que por um bom tempo, foi permitido somente aos homens. Para Duarte³, a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas no Brasil data de 1827, quando também aparecem os primeiros registros de lutas desenvolvidas pelas mulheres em busca de sua libertação.

Até então, não se tinha conhecimento de escritoras brasileiras junto de figuras importantes do meio intelectual da época, com raríssimas exceções como Ângela do Amaral Rangel (1725), poetisa que participou da Academia dos Seletos, provavelmente tendo sido a primeira poetisa brasileira a ter seus versos publicados antes de 1822. Destacam-se também, Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira (1758), Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), Maria Josefa Barreto Pereira Pinto (1786) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857).

Nesse período, as mulheres, quando muito, estudavam as primeiras letras com professores particulares, contratados pelos pais, para ministrar aulas nas próprias residências. Tratava-se de uma educação voltada à organização do lar. Uma vez que

³ DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 49, p. 151-172. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext > . Acesso em: 12 set. 2010.

aprendiam a ler e contar, elas deveriam utilizar esses conhecimentos para educar seus filhos, pois, a educação feminina tinha como pressuposto preparar as mulheres para o matrimônio. Muito diferente da educação proporcionada aos rapazes que eram encaminhados para grandes metrópoles ou para outros países tais como Portugal (Coimbra), por exemplo, onde iam cursar uma faculdade, geralmente de Direito, e/ou outros estudos que lhes permitissem ingressar na vida pública, no mundo econômico, político, social e cultural⁴.

A primeira mulher a discordar abertamente dessas ideias foi Nísia Floresta. Para ela, a mulher tinha capacidade para estudar, discernir, opinar, exercer cargos de comando, devendo ser considerada cidadã política e participar da vida pública. Nísia Floresta Brasileira Augusta, nome de batismo Dionísia Gonçalves Pinto, nascida no Rio Grande do Norte, residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro e, depois, na Europa. Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, foi uma reflexão do livro intitulado *Vindications of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, escritora Inglesa. Nísia foi referência da mulher brasileira sendo, portanto, a primeira a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.

Nísia foi, talvez, a precursora a romper todos os preconceitos que cercavam as mulheres da época. Na condição de casada, ela deixou o marido e enamorou-se de outro homem com o qual teve dois filhos. Foi também uma das primeiras a colaborar em jornais, a partir de 1830, em Recife, publicando mais tarde contos, poesias, novelas e ensaios em periódicos do Rio de Janeiro⁵.

Na opinião de Nísia, a inferioridade da mulher era consequência da falta de nível de escolaridade e da circunstância de vida a que eram submetidas. Portanto, somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada⁶. Razão que não apenas no seu primeiro livro, mas nos posteriores, sua preocupação sempre foi a educação das mulheres. Apesar de grande conhecedora da história das mulheres, nunca as subjugou. Ao contrário, clamava por uma revolução em favor das mulheres. Mas,

⁴ DUARTE. Op. cit.

⁵ DUARTE; Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo e apropriação? O Eixo e a Roda. *Revista de Literatura Brasileira*, Belo Horizonte, v. 7, p. 153-164, 2001. DUARTE, 2003. Op. cit.; SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Revista Estudo Feminino*, v.13, n.1, p.193-195, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI35b.htm>>. Acesso em: 18 set. 2010.

⁶ DUARTE, 2003. Op. cit.

não contra os homens. Ela queria mostrar que as mulheres eram capazes e, portanto, mereciam ser reconhecidas como tal.

Após o furor de Nísia, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, publica em 1845, *Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*, coletânea de textos em prosa e verso. Ana Eurídice abominava a atitude repressiva dos homens e advogava a participação das mulheres nos debates políticos e nas lutas da época⁷. Porém, o primeiro romance de uma escritora brasileira, foi *Úrsula*, de autoria de Maria Firmina dos Reis publicado em 1859. Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís em 1825, professora Mestra Régia, o que na época significava professora formada e concursada⁸.

Muzart⁹ considera a literatura feminina, na fase romântica brasileira (1836-1881), pouco expressiva. Em particular, na poesia “uma literatura na qual dominava um romantismo desbragado e mal compreendido” trazendo consigo as amarras da educação patriarcal que, segundo a autora, “fazia com que essas mulheres não chegassem à compreensão do movimento romântico no que ele tinha de revoltado e de livre.”.

Esse ponto de vista foi contraposto por Galera¹⁰ a partir da avaliação da obra de três escritoras (Ana Autran, Maria Carolina C. de Souza, Alexandrina da Silva Couto dos Santos) que se afinavam aos padrões do Romantismo. Galera chega à conclusão de que a visibilidade das mulheres nas letras é uma questão antes política que estética. Para a autora, se há algum aspecto ideológico ou literário nas poesias que ela analisara e que os pudesse ter excluído da forma canônica vigente, seria por “a expressão de uma enunciadora feminina”. São poemas, um tanto quanto inovadores, para a época de sua publicação, e apresentam visivelmente termos comuns à lírica romântica. Portanto, se inserem no discurso recorrente nas poesias românticas.

O preconceito e a discriminação da época eram tão acentuados que Carmem Dolores, nome literário de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852-1910), escritora, romancista, contista, poeta e dramaturga, tendo se dedicado também à crítica, mas por

⁷ TELLES. Op. cit.

⁸ Idem.

⁹ Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. In: *ANUÁRIO de literatura*, 1996, p.149-162. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewPDFInterstitial/5284/4714>> acesso em: 20 jan. 2001, p. 149.

¹⁰ GALERA, Maria Cláudia. Cânone literário e a escrita de autoria feminina: uma questão política ou uma questão estética?. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 49., 2001, Marília, SP. *Anais*. Marília, SP: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI35b.htm> >. Acesso em: 18 set. 2010.

razão do preconceito, teve que usar pseudônimos nas suas produções. Colaborou no Correio da Manhã com o pseudônimo de Júlio de Castro; na Tribuna assinou artigos de crítica literária como Leonel Sampaio. Usou ainda o pseudônimo de Mário Vilar e como Célia Márcia escreveu no jornal *Étoile du Sud*.

No entanto, as mulheres não se intimidaram e houve uma eclosão de periódicos criados e/ou dirigidos por mulheres, nos quais poder-se-iam publicar artigos em defesa de seus direitos. Nas palavras de Buitoni¹¹, tais periódicos serviam de intercâmbio intelectual, de instrumento indispensável para a conscientização feminina e, como canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres.

As atividades jornalísticas exercidas por mulheres no final século XIX não se restringem ao âmbito doméstico ou feminino. A exemplo disso, Prada (2004) lembra a surpreendente Francisca Izidora Gonçalves da Rocha (1918), professora, conferencista, poetisa, cronista, romancista e tradutora, que colaborou com seus textos nos vários órgãos da grande imprensa pernambucana, narrando episódios e acontecimentos não só locais, mas que abrangiam toda a realidade brasileira.

Destacou-se ainda, a escritora Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975), nascida no Rio de Janeiro, poeta, romancista, jornalista e diplomata. Em 1921, conquistou o primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito Pagão*. Colaborava, também, com *O Jornal do Brasil*, *À Noite*, e a *Revista da Semana*, defendendo a participação da mulher na política e a igualdade de direitos entre os sexos. Outro grande destaque foi Gilka Machado (1893-1980) que publicou um livro de poemas eróticos *Meu glorioso pecado*, logo considerado um escândalo por afrontar a moral sexual patriarcal e cristã¹².

A maior parte da produção literária da época constitui-se de poemas, embora não faltassem aquelas que enveredavam pela prosa, dramaturgia, ensaios, crítica literária, entre outros. Apesar dos obstáculos sociais, culturais e morais que enfrentavam, além das escritoras mencionadas nesse texto, muitas outras com igual valor literário permaneceram no anonimato.

3 AS MULHERES NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL

¹¹ BUITONE citado por DUARTE, 2003. Op. cit.

¹² COELHO, 2002 citado por FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*, 2009. TESE (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP, 2009^a.

A primeira instância de consagração literária do país foi a ABL, fundada em 20 de julho de 1897, composta de 40 (quarenta vagas) para sócios efetivos, ou seja, quarenta cadeiras. As discussões, que culminaram na fundação dessa agremiação, tiveram a participação da escritora Júlia Lopes de Almeida, que colaborou com o projeto, tendo sido uma grande articuladora da etapa que definiu os traçados iniciais da referida instituição; porém, foi excluída da lista dos membros fundadores. Proibição essa sacramentada pelo pretexto de que a ABL estaria seguindo o modelo da Academia Francesa “cujo Regimento restringia a possibilidade de candidatura e ingresso apenas aos indivíduos do sexo masculino”¹³.

O argumento de justificativa referente à exclusão da escritora foi pouco plausível, já que tratava de um Regimento em franco processo de elaboração. Isso mostra uma postura intolerante e arbitrária da própria instituição em não permitir o ingresso de mulheres no seu quadro de sócio efetivo, respaldada em critérios de seleção misóginos vigentes na *Académie Française de Lettres* a qual servia de modelo. “Por um excesso de fidelidade [...] - ao modelo da Academia Francesa, que não aceitava mulheres, Júlia teve seu nome retirado da lista dos quarenta membros”¹⁴.

Seu nome não encontrou acolhida para figurar entre os membros da casa Machado de Assis. Porém, teve uma atuação de destaque na literatura que lhe rendeu a posição de escritora mais publicada na Primeira República; reconhecimento por sua assídua colaboração na imprensa. Essa constatação nos leva a supor que o preenchimento das vagas na ABL não ocorre ou, pelo menos, não ocorria por mérito literário como previa seu estatuto.

A primeira mulher brasileira a candidatar-se a uma vaga na ABL foi Amélia Carolina de Freiras Beviláqua no ano de 1930. A romancista escreveu *Alcyone*, *Açucena* e *Jeannette*, além de contos e artigos. Foi redatora da revista literária *O Lyrio* em Recife (1902-1904). Revista escrita por mulheres, como Cândida Duarte Barros, Maria Augusta Meira de Vasconcelos Freire e Lúcia Ramalho. Deixou-nos, ainda, um interessante trabalho *Instrução e Educação da Infância*, no qual incorpora concepções sobre educação infantil. E algumas vezes, foi interlocutora na revista *Ciências e Letras*¹⁵.

¹³ FANINI. Op. cit., p. 154.

¹⁴ LACERDA, 2007 citado por FANINI. Op. cit., p. 329.

¹⁵ FALCI, Mirindan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2009. 678p. p. 241- 277.

Apesar de sua trajetória intelectual, a sua candidatura não foi aceita pelos membros da ABL tendo como justificativa a inelegibilidade feminina que, ainda, constava no regimento dessa Instituição. Na época, várias reuniões internas ocorreram na ABL, nas quais foi discutida a ausência da mulher no seu quadro de sócio efetivo, mas não houve anuência entre os acadêmicos que assestasse para modificação do seu regimento. A inadmissão de Amélia de Freiras rendeu muitos comentários no meio social, intelectual e na imprensa e causou um imenso trauma no casal Beviláqua. Comentando o episódio, a própria qualifica como um golpe desferido pelos imortais misogenistas que compunham o quadro da ABL.

Passando-se quarenta anos, em 1970, outra escritora Dinah Silveira de Queiroz tenta sua candidatura nessa agremiação. Essa também foi vetada pelos mesmos argumentos. Essa atitude causou repulsa à escritora que liderou uma campanha para ver a restrição que impedia a admissão de mulheres, no quadro de sócios efetivos da ABL, ser retirada do seu Regimento. Essa pressão externa surte efeito e em 1977 é posto fim à cláusula que vetava a inelegibilidade feminina nessa agremiação. Nesse mesmo ano, a escritora Raquel de Queiroz é convidada a candidatar-se para ocupar a vaga deixada por Cândido Motta Filho. Raquel ganha a eleição e Dinah mesmo sem ter sido a primeira mulher a ocupar uma cadeira na ABL, sentiu-se vitoriosa.

A candidatura de Rachel de Queiroz se diferencia das demais escritoras, quais sejam, Amélia e Dinah, por ter tido seu nome indicado, enquanto as outras foram autoindicação. Assim, sem desmerecer o seu valor intelectual de mulher das letras, romancista de renome, Rachel teve um aditivo que facultou sua entrada na ABL. O que manifestou seu interesse em fazer parte da ABL foi ter seus amigos mais próximos vinculados àquela agremiação.

Dinah não se intimida com os obstáculos e, em 1979, candidata-se a uma vaga na ABL, sendo derrotada por Pontes de Miranda. O mesmo que havia concorrido e fora derrotado por Rachel de Queiroz. Dinah persiste no seu ideal e em 1980, candidata-se novamente e desta vez é eleita. Ocupa a cadeira sete, sucedendo o escritor Pontes de Miranda.

Desde 1977, quando as mulheres passaram a ter direito de ingressar na ABL, somente sete mulheres ocuparam cadeiras na Instituição. Além de Raquel e Dinah já mencionadas, temos também a imortal Zélia Gattai, essa já falecida.

Zélia Gattai – foi a sexta ocupante da cadeira 23, tendo sido eleita em 7 de dezembro de 2001 na sucessão de Jorge Amado (seu marido). A escritora foi recepcionada pelo acadêmico Eduardo Portella em 21 de maio de 2002. Ocupantes atuais:

Lygia Fagundes Telles – Quarta ocupante da cadeira 16, eleita em 24 de outubro de 1985, na sucessão de Pedro Calmon e recebida em 12 de maio de 1987 pelo acadêmico Eduardo Portella.

Nélida Piñon – Quinta ocupante da cadeira 30, eleita em 27 de julho de 1989, na sucessão de Aurélio Buarque de Holanda e recebida em 3 de maio de 1990 pelo Acadêmico Lêdo Ivo. Em 1996-1997, tornou-se a primeira mulher, em 100 anos, a presidir a Academia Brasileira de Letras, no ano do seu I Centenário.

Ana Maria Machado – Sexta ocupante da cadeira 1, eleita em 24 de abril de 2003, na sucessão de Evandro Lins e Silva e recebida em 29 de agosto de 2003 pelo acadêmico Tarcísio Padilha.

Cleonice Berardinelli – Sexta ocupante da cadeira 8, eleita no dia 16 de dezembro de 2009, na sucessão do Acadêmico Antônio Olinto, falecido no dia 17 de setembro do mesmo ano. Recebida em 05 de abril de 2010 pelo acadêmico Affonso Arinos de Mello Franco.

A presença feminina na ABL se configura como um número bastante limitado, tendo em vista a quantidade de imortais (homens) existentes no seu quadro de sócios efetivos. Atualmente são 36 (trinta e seis) homens e apenas 4 (quatro) mulheres.

Para marcar a ausência das mulheres nas casas das letras, Rabello¹⁶ nos lembra a Academia Francesa, que teve a sua primeira representação feminina no século XX, quatro séculos depois da sua fundação. Modelo patriarcal que foi seguido por todas as outras instituições que representam o pensamento intelectual, sempre vetando a participação feminina. É o caso da nossa APL.

4 CÁ ENTRE NÓS: AS MULHERES NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS - APL

¹⁶ RABELLO, Adylla Rocha. A mulher nas academias de letras, *Revista da Academia Paraibana de Letras*, João Pessoa, ano 53, n. 17, p. 85-88, dez./2001.

A Paraíba foi o último Estado da Federação a ter a sua Academia de Letras, fundada em 14 de setembro de 1941. Para não fugir às regras, somente passados 37 anos de criação foi que ingressou a primeira mulher nessa agremiação. A primeira escritora a tornar-se imortal foi a professora Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro. Pelo que consta na documentação, durante as primeiras quatro décadas de existência, a APL não apresentou grandes destaques, apesar de se manter ativa. Nesse período, não houve uma constância na ocupação das cadeiras, inúmeras permanecendo vagas por vários anos. Há registro de que várias personalidades eleitas renunciaram e outras perderam a vaga por transcurso de tempo¹⁷.

Esse quadro permaneceu por um bom período na APL quando em 1978, assumiu a presidência dessa agremiação, o acadêmico Afonso Pereira da Silva, apegado à ideia de preencher todas as cadeiras vagas existentes e assim procedeu. Logo no dia 11 de novembro desse mesmo ano, acontece a eleição para ocupação de três cadeiras: a de número 3 (três) que teve como candidato único – Luís Augusto da Franca Crispim; a cadeira 7 (sete), também candidatura única – Maurílio Augusto de Almeida e a cadeira 20 (vinte), para a qual concorreram três candidatos(as) sendo uma mulher, Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro e dois homens, Manuel Batista de Medeiros e Delmiro Maia.

Em tempo que rareava o interesse pela imortalidade visto a quantidade de cadeiras que se encontravam vagas nessa agremiação, o fato de três candidatos (as) concorrerem a uma única vaga foi um acontecimento inesperado. Outro ocorrido nessa eleição foi o voto secreto, instituído pela primeira vez no processo eletivo da casa. Enfim, sai vitoriosa Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro com 12 (doze), sufrágios¹⁸.

Fica claro que houve uma retaliação na candidatura da professora Elizabeth visto que consta nos livros de Ata da APL que no dia 13 de outubro de 1979 foi convocada nova assembleia, com o objetivo principal de preencher sete cadeiras vagas, cujos ocupantes foram escolhidos pelo Conselho Diretor¹⁹. Porém, somente em um texto publicado na revista da APL de 2008, a Escritora Elizabeth faz um relato do episódio de sua eleição.

A acadêmica comenta que, em conversa com o Doutor Aurélio de Albuquerque, na época presidente da APL, este a convenceu que ela deveria ser "a primeira mulher a ingressar na referida agremiação". De início, disse ela não ter levado muito a sério, mas logo, assumiu o entusiasmo do Presidente.

¹⁷ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Historia da Academia Paraibana de Letras*. João Pessoa: A união, 2001.

¹⁸ Livro de ata da APL fl. 13

¹⁹ GUIMARAES. Op. cit.

Meses depois foi aberto o Edital para eleição, ela se inscreve. “O ato foi cercado de elogios acadêmicos. Quase me senti uma imortal, tantos eram os festejos [...]” Candidatura única, como sempre. Nesse entremeio, ela precisa viajar e se ausentou da Paraíba por uns dias, muito tranquila por sinal, pois, se estava aclamada, não necessitaria fazer campanha, como se faz hoje nas Academias. No entanto, ao retornar, tamanha surpresa, foi informada que haveria mais dois candidatos inscritos para mesma vaga. Sua primeira reação foi conversar com o Doutor Aurélio de Albuquerque já não mais Presidente, mas, membro do Conselho Diretor da APL que prometera que ela seria candidata única. Este lhe diz que o Edital é público e candidata-se quem quer.

De imediato pensou em cancelar a inscrição, mas, antes, resolveu ir à casa do escritor José América de Almeida²⁰. Comentou o fato e este a aconselhou a não retirar sua candidatura e acentuou: “Professora, comece a pedir votos, pois, se eleita, além de primeira mulher imortal, a senhora assinalará a primeira eleição da APL”. Pois, até então, todos haviam sido aclamados. Nunca houvera uma eleição na referida Academia. Ela aceitou o desafio e tornou-se imortal²¹.

Esse não é um caso específico da Paraíba ou do Brasil e nem tampouco recente. A literatura foi, por muito tempo, considerada uma atividade masculina. Somente os homens eram pensados como capazes de escrever obras significativas. Houbre²² no artigo “*A belle époque* das romancistas” já notara a aspereza dos homens escritores diante das mulheres de mesma profissão, desde a crescente presença de romancistas mulheres que transformou a paisagem literária da *belle époque* na França, no final do século XIX e início do século XX. Esse advento, segundo a autora, foi recebido com “surpresa e contrariedade por alguns escritores que reagiam com comentários desqualificadores das obras dessas mulheres”. A concorrência não prevista com o sucesso abarcado pelas mulheres romancistas, levou-os “muitas vezes a fazerem afirmações estereotipadas sobre a inexistência nelas do dom de criar”.

Dada à imortalidade de Elizabeth, outras, vagarosamente, vieram a existir. Em 1995, Adylla Rocha Rabello conseguiu ocupar uma cadeira na casa de Coriolano de

²⁰ José Américo de Almeida, escritor paraibano de renome nacional membro da Academia Paraibana de Letras e da Academia Brasileira de Letras.

²¹ MARINHEIRO, Elizabeth Figueiredo Agra. Era o tempo do doutor Aurélio! *Revista da Academia Paraibana de Letras*, João Pessoa, v.62, n. 24, p.148-149, jan./jun. 2011, p. 148.

²² HOUBRE, Gabrielle. *A belle époque* das romancistas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 325-338, 2º semestre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2012, p. 325.

Medeiros. Concorreu por duas vezes: a primeira, para cadeira 38, vaga em decorrência da morte do acadêmico José Cavalcante, tendo como companheiro de chapa o historiador Luís Alves Nunes que venceu a eleição. Adylla não desiste e candidata-se novamente. Desta vez, como candidata única à cadeira 2, vaga com o falecimento de Eugênio Carvalho Júnior, tendo a eleição se realizado no dia 24 de novembro 1995. Houve 31 (trinta e um) votantes e desse total, a escritora obteve 26 (vinte e seis) sufrágios.²³

Através das cédulas eleitorais pesquisadas no arquivo administrativo da APL, podem-se identificar a data e o resultado da eleição que teve como vitoriosa a Professora Ângela Bezerra de Castro. A eleição ocorreu no dia 19 de dezembro de 1996, na sede da Instituição, tendo por objetivo o preenchimento da cadeira 31, vaga em decorrência da morte do acadêmico Geraldo Magela Cantalice. Concorreram a essa vaga, Ângela Bezerra de Castro e José Loureiro Lopes. A eleição foi disputadíssima, vencendo a professora Ângela de Castro por um voto de diferença, ou seja, de 37 (trinta e sete) votantes. Dezoito sufragaram o nome de seu opositor José Loureiro Lopes.

Devido à ausência de documento de ata na APL, não foi possível relatar com precisão a eleição de Mariana Cantalice Soares. Conforme exposto por Romero (2000), no discurso de saudação à acadêmica, a eleição de Mariana foi bastante difícil em razão de seu opositor Altimar Pimentel ser um renomado pesquisador do folclore e um grande nome da cultura paraibana.

Recentemente, duas mulheres ingressam na APL. A predição para o fato pode ser interpretado de duas maneiras. Primeiro: a morte prematura da acadêmica Mariana Cantalice Soares que ocorreu de forma trágica e também falecimentos sucessivos de outros acadêmicos, deixando vagas, várias cadeiras. Assim, em 17 de fevereiro de 2011, foi eleita Maria Mercedes Troncoso Ribeiro Pessoa Cavalcanti, para ocupar a cadeira de número 8, vaga com o falecimento do escritor Ascendino Leite. Em um colegiado formado por 40 acadêmicos, a professora Mercedes foi eleita com 16 (dezesesseis) votos, superando Itapuan Bôtto Targino, que teve 13 (treze) sufrágios. Porém, vale ressaltar que era a terceira eleição disputada pela acadêmica. Tomou posse no dia 13 de maio de 2011²⁴.

A sexta mulher a imortalizar-se na APL foi Maria das Graças Paiva Madruga Santiago, eleita em 11 de março de 2011, para ocupar a cadeira de nº 13, cujo patrono é Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, vaga com o falecimento do acadêmico José

²³ Livro de ata da APL fl. 70

²⁴ Livro de ata da APL fl. 101

Gláucio Vieira. Maria, como é conhecida, disputou a vaga com o Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Os dois candidatos obtiveram a mesma quantidade de votos. No entanto, segundo critério definido no estatuto da Instituição, o desempate foi concretizado verificando-se a idade dos concorrentes. Venceu Maria das Graças Santiago, por ser mais velha²⁵.

As seis mulheres da APL, antes de tudo, foram professoras e, ao lado dessa dignificante profissão, ampliaram as potencialidades do espírito, através das constantes publicações. Com o falecimento de Mariana Soares, até o momento da pesquisa são apenas três acadêmicas. Portanto, a inferência que se faz, a partir do exposto, é de que a APL ainda cultiva um preconceito machista. Muito embora, de forma sutil e silenciosa, haja vista que outras mulheres têm tentado seu ingresso na agremiação e não têm conseguido êxito. Como exemplo, há os casos da escritora Balila Palmeira, da historiadora Glauce Burity e da escritora Mercedes Cavalcante que veio ingressar após três tentativas.

4.1 Perfil das Acadêmicas

Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro – Ocupante dois da cadeira 20. Nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 22 de setembro de 1937. Licenciou-se em Letras Neolatinas; é especialista em Introdução à Pesquisa Científica, Teoria Literária I, Introdução à Linguística, Semiologia, Teoria da Comunicação, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Teoria do Conhecimento e Teoria Literária II. Fez Pós-Graduação em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1974. Professora de Teoria Literária I e II da UFPB. Recebeu o Prêmio José Veríssimo, em 1981, conferido pela Academia Brasileira de Letras, pelo trabalho *A bagaceira: uma estética da sociologia* e o Prêmio Sílvio Romero, em 1983, com *Vozes de uma voz*.

Adylla Rocha Rabello – Ocupante três da cadeira 2. Nasceu em João Pessoa, em 05 de dezembro de 1931. Graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba; especialista em Língua e Literatura Francesa pela Aliança Francesa e pela Universidade de Nancy; mestra em Literatura Brasileira. Tem participação ativa na vida cultural da Paraíba como membro do Conselho Estadual de Cultura; da Associação Paraibana de Imprensa; vice-presidente do Comitê da Aliança Francesa e membro da Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário, com sede em São Paulo.

²⁵ Livro de ata da APL fl. 102

Ângela de Castro Bezerra – ocupante quatro da cadeira 31, nasceu em Bananeiras – PB em 01 outubro de 1942, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Letras Vernáculas; especialista em Educação pela Universidade do Rio de Janeiro; mestra e doutora em Letras pela PUC – Rio de Janeiro. Foi professora titular da Escola Técnica Federal da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba. Além de lecionar, exerceu função de coordenadora de Supervisão Pedagógica da ETEFPB; superintendente da Escola de Serviço Público – ASPEP e membro do Conselho de Cultura.

Mariana Cantalice Soares – Ocupante quatro da cadeira 23 nasceu em João Pessoa em 04 de julho de 1947 e faleceu em 18 de janeiro de 2010. Filha de João Soares, médico pediatra muito conceituado nesta capital, e de D. Maria Carmem Cantalice Soares. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Paraíba e mestra em Literatura Brasileira. Foi professora titular de Literatura Brasileira na Universidade Estadual da Paraíba, *Campus III*. Além de lecionar e escrever, Mariana dedicou-se à música e à pintura. Durante muito tempo, manteve uma coluna no jornal *O Momento*, intitulada A palavra e o instante. Pertenceu aos quadros da Academia Feminina de Cultura e da Academia Paraibana de Poesia. Participou, com frequência, de seminários, congressos e palestras sobre autores brasileiros e, principalmente, paraibanos.

Maria Mercedes Troncoso Ribeiro Pessoa Cavalcanti – Ocupante quatro da cadeira 8, nasceu em 17 de julho 1954 em João Pessoa, considera-se paraibana com raízes na cultura espanhola graças à filiação por parte da mãe. Filha de Antonio Ribeiro Pessoa e Mercedes Troncoso Novelle. Mestra em Teoria da Literatura e professora do Curso de Letras do Departamento de Letras Estrangeiras modernas do Centro de Ciências, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (DLEM/CCHLA/UFPB).

Maria das Graças Madruga Paiva Santiago – ocupante dois da cadeira 13, natural de João Pessoa – Paraíba. Licenciada em História, tem especialização em Cultura Brasileira e mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Curso de Educação Artística do Departamento de Artes e Comunicação da UFPB. Chefe do Departamento de Artes e Comunicação (DAC) da UFPB. Membro titular do Conselho Estadual de Entorpecentes da Paraíba (CONENPB). Membro da Academia Paraibana de Filosofia. Membro da Academia de Letras e Artes do Nordeste – ALANE-PB. Membro da União Brasileira de Escritores – UBEPB.

Além das Letras, a acadêmica é ligada às artes, tendo participado de exposições de pintura e de concertos musicais na Paraíba, tendo sido premiada por suas atividades artísticas.

5 CONSIDERAÇÕES

Nessa pesquisa percebeu-se que a literatura produzida por escritoras mulheres, ao longo dos tempos, tem sido excluída dos cânones literários e quando seus escritos aparecem são citados como obras de menor qualidade (SCHWANTES, 2006). No entanto, entre o silêncio e as possibilidades de representação, as escritoras brasileiras estiveram presentes na literatura entresséculos XVIII início XXI, principalmente nos jornais, publicando crônicas, poesias, contos e tantos outros escritos relacionados à posição e à atuação das mulheres da época. De acordo com Bernardo (2001), através do exercício dos diários íntimos, das correspondências, as mulheres foram conquistando espaços até então dominados pelos homens, como a literatura e a imprensa.

O final do século XIX foi marcado por uma efervescência literária de autoria feminina, sendo que a grande maioria delas fora totalmente esquecida. Para Muzart (1999), o desconhecimento e a exclusão dessas escritoras do cânone literário não ocorreram por falta de relevância dos textos escritos, mas por preconceito e dominação masculina.

Ainda que singulares e produtivas, nossas escritoras de antes, sobretudo as do século XIX, foram sistematicamente excluídas do cânone literário, que, é claro, forjado unicamente pela crítica e pela historiografia masculinas (MUZART, 1999, p. 18).

Foram grandes os obstáculos enfrentados por essas mulheres que se arriscaram a trilhar os caminhos das letras assim como escrever e publicar suas ideias. Em alguns casos, foi necessário empregar estratégias de pseudônimos masculinos para romper a barreira cultural da sociedade patriarcal. Mas, observou-se que, em meio a tanta persistência, as mulheres conseguiram emblemar sua marca e atualmente existem grandes escritoras brasileiras respeitadas e reconhecidas no mundo literário.

Mostrar a trajetória dessas mulheres, especialmente as mulheres pertencentes à APL, foi mais um esforço no sentido de estimular as mulheres na luta contra as atitudes preconceituosas. Contra a intolerância da sociedade que tenta diminuir a potencialidade das mulheres perante os homens. É lamentável, mas, tais comportamentos ainda permanecem

na nossa sociedade. A respeito disso, Rabello²⁶ aduz que por mais que seja delineado o reparo dessa discriminação contra a mulher, ela continua. Apesar disso, tem-se a história da literatura demarcada por escritores homens, brancos negando ou discriminando a produção literária feminina alegando que esta opera fora dos padrões canônicos.

Referências

- BERNARDO, Ana Maria Coutinho. *Literatura e memória: resgate das escritoras paraibanas do início do século XX*. [2001]. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_ana_coutinho.htm>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 49, p. 151-172. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext> . Acesso em: 12 set. 2010.
- _____. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo e apropriação? O Eixo e a Roda. *Revista de Literatura Brasileira*, Belo Horizonte, v. 7, p. 153-164, 2001.
- FALCI, Mirindan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2009. 678p. p. 241- 277.
- FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*, 2009. TESE (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP, 2009a.
- FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n. 27, p. 317-338, 2009b.
- GALERA, Maria Cláudia. Cânone literário e a escrita de autoria feminina: uma questão política ou uma questão estética?. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 49., 2001, Marília, SP. *Anais*. Marília, SP: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI35b.htm>> . Acesso em: 18 set. 2010.
- GUEDES, Luciana; VOTRE, Sebastião. Três faces da mulher na literatura. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 7, 2003, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2003. v. 9, p. 289-301.
- GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Historia da Academia Paraibana de Letras*. João Pessoa: A união, 2001.

²⁶ Rabello. Op. cit.

HOUBRE, Gabrielle. *A belle époque* das romancistas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 325-338, 2º semestre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2012.

MARINHEIRO, Elizabeth Figueiredo Agra. Era o tempo do doutor Aurélio! *Revista da Academia Paraibana de Letras*, João Pessoa, v.62, n. 24, p.148-149, jan./jun. 2011.

MUZART, Zahidé Lupinacci *Escritoras brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Mulheres EDUNISC, 1999.

_____. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. In: *ANUÁRIO de literatura*, 1996, p.149-162. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewPDFInterstitial/5284/4714>> acesso em: 20 jan. 2001.

PRADA, Cecília. Vozes Silenciadas: a sofrida participação feminina no mundo das letras. *Revista Problemas Brasileiros*, p. 32-37, mar/abr. 2004.

RABELLO, Adylla Rocha. A mulher nas academias de letras, *Revista da Academia Paraibana de Letras*, João Pessoa, ano 53, n. 17, p. 85-88, dez./2001.

ROMERO, Carlos Augusto. Discurso de recepção à acadêmica Mariana Cantalice Soares. *Revista da Academia Paraibana de Letras*, João Pessoa, ano 52, n. 15, p. 27-30, jul /2000.

SCHWANTES, Cíntia. *Espelho de Vênus*: questões da representação do feminino, 2006. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_cintia.htm>. Acesso em: 20 mar. 2011.

SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Revista Estudo Feminino*, v.13, n.1, p.193-195, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/CiI35b.htm>>. Acesso em: 18 set. 2010

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto. 2009. 678p. p. 401-442.